

Exma. Senhora
Dr.ª Catarina Gamboa
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário de
Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA
Ofício 2327

SUA COMUNICAÇÃO DE
19-06-2020

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

ASUNTO:

Pergunta n.º 3472/XIV/1.ª, de 19 de junho de 2020 - PSD
Resíduos localizados nas imediações das antigas instalações da Metalimex situadas no concelho de Setúbal

Em resposta à Pergunta n.º 3472/XIV/1.ª, de 19 de junho de 2020, apresentada pelas Senhoras Deputadas Fernanda Velez, Filipa Roseta e Ofélia Ramos e pelos Senhores Deputados Nuno Miguel Carvalho, Fernando Negrão, Luis Leite Ramos, Hugo Martins de Carvalho, Rui Cruz, António Lima Costa, António Topa, Emídio Guerreiro, Hugo Patrício Oliveira, João Gomes Marques, João Moura, José Silvano, Paulo Leitão, Pedro Pinto e Rui Cristina do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata (PSD), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática de transmitir o seguinte:

A associação ambientalista Zero denunciou a existência de um depósito ilegal de mais de 30.000 toneladas de resíduos perigosos localizados no Vale da Rosa, em Setúbal. A associação ambientalista ZERO concluiu tratar-se de um depósito de resíduos perigosos do mesmo tipo das escórias de alumínio que a empresa Metalimex importou no final dos anos 80.

Existem no processo relatórios da empresa de consultoria Bureau Veritas a atestar cada um dos 13 movimentos de resíduos, bem como um relatório final sobre a eventual contaminação de solos (de outubro 1999) que concluiu não existir contaminação dos solos ou das águas subterrâneas no local.

No seguimento dos factos reportados, deslocou-se ao local a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), tendo verificado o seguinte:

- A existência de cerca de 20.000m³ de resíduos numa área de 8000m². Na sequência do observado, a CCDR-LVT solicitou junto da Câmara Municipal de Setúbal a identificação do proprietário dos terrenos, o Banco Comercial Português/Millennium BCP, tendo procedido à respetiva notificação do proprietário, enquanto detentor dos resíduos, para proceder à respetiva remoção em 120 dias úteis;

- A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), em articulação com a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), procedeu à recolha de amostras no local e submeteu as mesmas aos laboratórios da especialidade para análise, de modo a avaliar a natureza e eventual perigosidade dos resíduos. O relatório preliminar foi recebido a 10 de julho e encontra-se em análise.

- Através de duas fotografias aéreas do local, datadas de 2000 e 2004, foi possível concluir que no terreno identificado não existia depósito de resíduos em 2000 e que, em 2004, já existia um depósito de resíduos, embora noutra posição e com outra configuração face a 2020. Não obstante, será solicitada à Direção-Geral do Território (DGT) a série de ortofotomapas desde 1995.

Os relatórios da consultora Bureau Veritas associados ao processo de remoção das escórias, bem como as fotografias aéreas dos anos 2000 e 2004, já permitem concluir com alguma segurança que os resíduos não pertencem à empresa Metalimex-Indústria e Comércio de Metais e Minerais, Lda.

Um ex-autarca da freguesia do Sado veio a público garantir que as escórias da Metalimex foram mesmo removidas do local em 1998, e que os resíduos que se encontram nos terrenos localizados no Vale da Rosa começaram a ser depositados no local em 2003, provenientes da empresa Eurominas - Eletro - Metalurgia, S.A., para utilização em empreendimentos urbanísticos a construir naquela zona.

Com os melhores cumprimentos, *também pessoais*

A Chefe do Gabinete



Ana Cisa

LM/JP